



HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Ignácio Rangel, a formação de um intérprete brasileiro: trajetória e interlocutores

Ignácio Rangel, the creation of a Brazilian interpreter: trajectory and interlocutors

Leandro Mendes Nogueira¹

RESUMO: Ignácio Rangel faz parte de uma geração de intérpretes que desenvolveu uma metodologia para analisar a natureza do desenvolvimento brasileiro. Para entender sua singularidade, é essencial compreender seu ecletismo, e como este estava apoiado em diferentes teorias econômicas e áreas do conhecimento. Sua trajetória de vida é outro traço marcante em sua obra: Rangel participou de importantes momentos da história econômica do país ao longo do século XX. Assim, nosso objetivo é compreender o desenvolvimento de suas interpretações a partir da sua trajetória política e profissional e das relações que estabelece com diferentes interlocutores.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Trajetória. Interlocutores.

ABSTRACT: Ignácio Rangel is part of a generation of interpreters who developed a specific methodology to analyse the nature of Brazilian development. To understand what made him special, it is essential to comprehend his eclecticism, and how it is supported by different economic theories and areas of knowledge. His life is another striking feature in his work: Rangel was part of important moments of the country's history throughout the 20th century. Thus, our main goal is to understand the development of his interpretations with the help of his political and professional trajectory and the relationships he establishes with different interlocutors.

Keywords: Ignácio Rangel. Trajectory. Interlocutors.

¹ Mestre em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Email: leandromenog@hotmail.com



Introdução

Ignácio Rangel faz parte de uma geração de intérpretes que desenvolveu uma metodologia de análise para entender a natureza e as especificidades do desenvolvimento brasileiro. Com uma capacidade analítica inovadora, o economista maranhense participou de importantes momentos da história econômica do país, no governo de Getúlio Vargas, na Assessoria Econômica da presidência e, posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek, no BNDES; tornando-se, assim, um militante do desenvolvimento brasileiro.

No entanto, Rangel não pertenceu ao universo acadêmico profissional, um dos motivos que o afastou dos currículos universitários e ajuda a explicar o manto de silêncio a que foi submetida sua obra. Porém, essa explicação seria por demais limitada, se não considerássemos que esse silenciamento tem a ver, sobretudo, com a singularidade teórica do autor, sua escrita prolixa e suas reflexões polêmicas em torno de alguns temas, que não agradavam a esquerda e nem a direita.

Um dos aspectos principais para entender a singularidade teórica de Ignácio Rangel encontra-se, certamente, na sua biografia. Em grande parte, a trajetória de vida do autor funde-se com sua obra. Assim, os principais ambientes que Rangel circulou influenciaram de algum modo na formação de suas ideias. Outro aspecto importante, para o entendimento dessa singularidade, são as relações que o autor estabelece com os seus interlocutores. Um dos traços marcantes do seu pensamento é o ecletismo teórico.

Marx e Lênin foram as principais referências teóricas de Ignácio Rangel. Porém, o seu ecletismo intelectual não o impediu de trabalhar com autores como Adam Smith, Joseph Schumpeter e John M. Keynes. Pelo contrário, procurou processar as diferentes teorias econômicas sempre atentando em formular os instrumentos adequados em vista do entendimento de nossa economia. Para entendermos melhor essa construção analítica, abordaremos, nesse artigo, algumas interlocuções que Rangel realiza e que foram fundamentais na edificação do seu pensamento, assim como abordaremos, também, sua trajetória política e profissional como eixo importante dessa edificação.



Ignácio Rangel: trajetória política e profissional ²

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em 1914 em Mirador, no Maranhão, e morou em diversas localidades do estado até se mudar para São Luís, em 1926, para cursar o ginásio. Nesse período, o Maranhão, como o restante do Brasil, era essencialmente rural e marcado pela dominação das oligarquias regionais. No cenário internacional, a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a crise de 1929 e a Segunda Guerra influenciariam em mudanças significativas na economia e sociedade brasileira. Foi nesse cenário que de forma precoce Rangel se interessou pelas lutas políticas e sociais, influenciado pelo pai, um juiz de direito que militou na Aliança Liberal em 1929 e fazia oposição ao governo federal. Na Revolução de 1930, Rangel entrou na luta política pegando em fuzil com um grupo de sargentos e cabos conspirando derrubar o governo, dessa forma apoiou o movimento político que levou Getúlio Vargas ao poder.

Em 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), a primeira organização política de orientação comunista do Brasil e que teve forte influência dos comunistas soviéticos, tendo alguns de seus quadros, por exemplo, sido formados na Rússia. Através do partido a leitura dos textos marxistas tornou-se frequente entre os militantes da época. Rangel logo tomou contato com o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que traria uma grande mudança nas suas ideias. Era, segundo o próprio autor, como se houvesse redescoberto o mundo através da obra (RANGEL, 1991a).

Em 1935, integra-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização associada ao PCB. Identificando-se com a orientação política da organização, Rangel assumiu o comando de 200 homens camponeses que estavam em luta contra os fazendeiros latifundiários no alto sertão maranhense. Lutava, desse modo, pela reforma agrária, pois compartilhava das teses da esquerda que analisava a reforma como a via pela qual o país alcançaria o desenvolvimento industrial e que via como os principais inimigos do desenvolvimento brasileiro os grandes proprietários rurais semifeudais e o imperialismo.

² A trajetória de vida do autor, aqui apresentada, é baseada, sobretudo, em entrevistas concedidas à Revista Geosul (1988), ao IPES/UFMA: *Um fio de prosa autobiográfica* (1991a) e CPDOC/FGV (1991b). Além de outros depoimentos presentes em sua obra.



Ao longo de sua história o PCB esteve em grande parte na ilegalidade. A ANL é posta nessa condição logo após divulgar um manifesto contra o governo de Getúlio. O governo que Rangel havia apoiado em 1930 e passou a fazer oposição anos mais tarde o manda para presídio no Rio de Janeiro. Na prisão, passa a estudar intensamente e participa da criação de uma improvisada Universidade Popular, onde foi o reitor e responsável por organizar diversos cursos dirigidos aos militantes ali encarcerados. Ao ser liberado da prisão em 1937, retorna à capital maranhense e segue participando ativamente de reuniões clandestinas do PCB e estudando constantemente. Por oito anos, período que coincide com a ditadura do Estado Novo, ficou proibido de sair de São Luís, tendo seus documentos apreendidos pela polícia política.

Outras figuras de expressão, como o escritor Graciliano Ramos, estiveram encarcerados entre 1935-37. A prisão tornou-se um local de enorme efervescência cultural, o próprio Graciliano escreve sua obra *Angústia* em cárcere. Também motivado pelo clima político e após muitos estudos no presídio, Rangel começa a rever algumas de suas posições políticas que mais tarde desenvolveria em sua obra. Uma destas tratava-se da possibilidade de o Brasil industrializar-se sem fazer uma reforma agrária. Ainda segundo Rangel (1991a), o governo, do qual era opositor, estava encampando alguns projetos que faziam parte do programa que defendia na militância, como a organização da siderurgia, o comércio externo, a indústria pesada e outros. A partir daí impôs a si mesmo o desafio da autocrítica e do que vinha fazendo na militância política, buscando compreender a história concreta do desenvolvimento brasileiro.

Já nos anos de 1940, em São Luís, Rangel trabalhou na firma Comércio e Indústria Martins Irmãos & Cia., primeiro no escritório e depois na fábrica. O trabalho no chão da fábrica foi um pedido seu ao chefe da empresa, pois tratava-se de uma experiência que pretendia levar consigo, conforme relata Rangel:

Eu fui para a fábrica. Ali, eu trabalhei seis meses. E, evidentemente, passei a saber o que é uma fábrica por dentro. Foi uma coisa que provocou uma enorme diferença pela vida afora, quando meus colegas economistas davam pareceres, analisando projetos industriais, sem jamais terem sabido o que é uma fábrica. Adquiri muito interesse pelos aspectos técnicos da produção. Comecei a estudar o problema e a



sugerir à oficina mudanças, como alteração de peças e tudo mais (Rangel, 1991a, p. 49).

Nascia daí seu interesse pelos aspectos produtivos e comerciais da indústria. É o que se nota, por exemplo, em 1945, quando viaja para Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, para chefiar a assessoria do estado do Maranhão, que, por iniciativa sua, pretendia mobilizar o comércio e a indústria maranhense a defender seus interesses na 1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras, organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).³ Recupera seus documentos para essa viagem, mas não consegue participar da conferência em Teresópolis e decide permanecer na capital federal, pois o Maranhão já não mais atendia às suas expectativas culturais e políticas. Começa a trabalhar como tradutor de novelas e inicia sua carreira no jornalismo, escrevendo artigos para publicações no *Jornal do Brasil*, *Digesto Econômico*, *Panfleto*, *Diretrizes*, *Diários de Notícias*, entre outros.

Na capital, Rangel conclui o curso de direito na Universidade do Brasil, atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que havia sido interrompido em duas ocasiões no Maranhão. Apesar da formação em direito, seu interesse maior era pela economia, desde os tempos da militância. Os artigos publicados em jornais, por exemplo, versavam sobre temas econômicos, revelando aos poucos a formação do economista autodidata. A formação autodidata em economia era regra devido a inexistência de curso superior da disciplina no Brasil, o que fazia com que o conhecimento da ciência econômica, segundo Rangel, fosse tratado nas escolas de direito e nos seminários.⁴

Na medida em que vai aperfeiçoando suas ideias, vinculadas à realidade com que se defronta, passam a ficar evidentes suas divergências com o PCB, como no tema da reforma agrária e outros, o que resulta no seu afastamento do partido em 1947. Um dos traços mais característicos de seu pensamento seria valorizar o debate de ideias e cultivar

³ Segundo Bielschowsky (2000, p.39), a CNC, a Associação Comercial de São Paulo e a Federação do Comércio de São Paulo “foram núcleos de certa relevância do pensamento econômico neoliberal” no Brasil.

⁴ Nesse período, na Universidade do Brasil, “Gudin e Bulhões introduziram o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à ciência econômica e foram os líderes intelectuais da Faculdade de Economia, isoladamente a mais importante do país, por muito tempo” (Bielschowsky, 2000, p.38). Curso de pós-graduação em Economia era inexistente e a formação era, sobretudo, vinculada às instituições do governo, BNDE, Sumoc etc.



a liberdade intelectual, o que lhe possibilitaria organizar seus próprios argumentos - em muitas ocasiões de forma inusitada, o que gerava polêmica e descontentamento nos ambientes que frequentava. Sobre o assunto, escreve Gilberto Paim (1998, p. 57-58):

As potencialidades industriais do país foram objeto de contínuos debates provocados por Ignácio Rangel nos círculos do Partido Comunista, em particular na Célula Theodore Dreiser [...]. A esse organismo pertenciam Graciliano Ramos e outros intelectuais que não sentiam motivação alguma com os temas incansavelmente abordados por Ignácio Rangel.

Não incorreríamos em exagero ao afirmar que as perorações desse teórico, que conhecia a fundo a literatura marxista, chegavam a causar desagrado a participantes de reuniões que nada entendiam da história do desenvolvimento econômico. [...] Explicações simplificadas do nosso atraso eram de mais fácil aceitação do que as especulações sobre o caráter específico do tecido de que era feita a sociedade brasileira. [...] A direção do Partido não demorou a classificar como heresias e contrabandos ideológicos as teses de um economista que considerava possível a industrialização brasileira sem a execução da reforma agrária.

Rangel foi um dos primeiros integrantes a questionar as teses defendidas pelo PCB. A teoria e a prática revolucionária do partido, apesar de passarem por adaptações ao caso brasileiro, ainda se mantinham presas às influências do modelo soviético, o que dificultava uma análise crítica com base nas especificidades brasileiras. Outro esforço, nesse sentido, foi realizado por Caio Prado Jr., ao questionar os erros de interpretação e a resultante ação revolucionária do partido e da esquerda brasileira em geral.

Num outro momento, em 1950, Rangel é convidado por Rômulo Almeida para trabalhar na assessoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, para trabalhar na assessoria econômica da Presidência. Na assessoria, ficou responsável por criar uma lei sobre o problema do babaçu e também esteve envolvido na criação de normas reguladoras dos serviços públicos, que na época eram concedidos a empresas privadas estrangeiras. Depois participou de projetos responsáveis pela criação de serviços públicos de administração direta, como a Eletrobrás e Petrobrás.



A assessoria foi responsável pela constituição e consolidação de importantes instituições estatais e representou um marco importante na ação do planejamento estatal e na elaboração de uma política nacional de desenvolvimento. Esse período curto, mas de trabalho intenso na assessoria, cujos membros eram chamados por Getúlio Vargas de “boêmios cívicos” – em função do trabalho prolongado em que se mantinham nas madrugadas no Palácio do Catete – constituiu-se num grande aprendizado para Rangel.⁵ Em 1953, escreve sua tese principal *Dualidade básica da economia brasileira* ([1957] 2005), para obter o título de economista, o que também lhe rende uma bolsa de estudos na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Os debates que ocorriam no Palácio do Catete logo se ampliaram. Junto à assessoria foi formado o grupo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), sob a chefia de Hélio Jaguaribe, que se originou a partir de reuniões e debates do *Grupo de Itatiaia*. Esse grupo era de certa forma um prolongamento mais teórico do trabalho que ocorria na assessoria. Uma série de conferências ministradas por Rangel no IBESP, em 1955, resultou na organização do livro: *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro* ([1955] 2005).

O IBESP transforma-se, em 1955, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), local em que Rangel mantém amplo debate intelectual com seus membros, como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, além do apoio de Celso Furtado e outros.

O ISEB, nesse período, foi o núcleo principal desse pensamento, inspirado nas diretrizes da CEPAL e outras fontes desenvolvimentistas. Rangel ([1992] 2005), chama a atenção para o fato de o ISEB ter sido uma instituição ideológica do governo, ao mesmo tempo em que abrigava diferentes correntes. O próprio Rangel não endossava muito o

⁵ O livro organizado por Marcos Costa Lima (2013), *Os Boêmios Cívicos*, é uma referência para entender a contribuição da Assessoria Econômica no segundo governo do Getúlio Vargas. Como também entrevistas concedidas pelos membros da Assessoria ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. A equipe que trabalhava na Assessoria Econômica era formada por engenheiros, economistas e advogados. Cada um discutia o seu parecer no que estava trabalhando com os outros, todos opinavam sobre os projetos. Essa liberdade conferida à Assessoria, sem muitas burocracias, e com membros de diferentes formações e procedências políticas possibilitou um alto rendimento do trabalho, o que segundo Rangel (1991b), ele nunca mais viria em repartição alguma.



que se defendia no instituto, ainda assim, dizia que, ocasionalmente, era possível uma unidade em relação a certas questões.

Em 1954, Rangel cursaria a pós-graduação na CEPAL, no Chile, onde escreve a monografia: *El desarrollo económico en Brasil*. Conforme Rangel ([1955] 2005, p.131), “foi aí que fui metodicamente informado das modernas teorias sobre o desenvolvimento econômico”. Em função da inexistência de cursos de pós-graduação no Brasil, a CEPAL foi um ambiente destacado na formação de diversos economistas brasileiros.

Quando retorna do Chile, Rangel inicia sua carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Trabalhará na Divisão de Projetos da instituição, uma escolha pessoal que lhe renderá o livro *Desenvolvimento e projeto* ([1956] 2005), inspirado na análise de projetos do banco. Exerce o cargo de chefe do departamento econômico e da equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento. Também participa da execução de diversos projetos, como o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que lhe possibilita escrever *Elementos de economia do projetamento*, em ([1959] 2005).

No governo posterior, o presidente Jânio Quadros cria um grupo de trabalho para analisar e propor soluções para o problema agrário brasileiro, para o qual Rangel é convidado. *A questão agrária brasileira* ([1962] 2005) é o resultado dos trabalhos desenvolvidos por Rangel sobre a temática agrária. Já no governo de João Goulart, em fevereiro de 1964, um pouco antes do golpe militar, é convidado pelo presidente para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, mas nega o convite por considerar que não se governa um ministério sem uma equipe segura e que, por experiência, a máquina burocrática brasileira criava uma série de empecilhos. Ademais, como confessaria posteriormente, um dos motivos também era a crise que cercava o governo naquele momento.

Em 1976, Rangel se aposenta pelo BNDES, mas continua a dar consultoria ao banco até o final dos anos 1980. A partir de 1987, segundo Pizzo (1998), na superintendência da área de infraestrutura do banco, houve um trabalho sistemático com



a participação de Rangel para discutir as possibilidades de viabilizar investimentos em infraestrutura que seriam responsáveis pela retomada do crescimento. Esse grupo reunia-se periodicamente para discutir a matriz teórica de Rangel e elaborava projetos a partir desses estudos.

Durante os anos de 1980, Rangel publicará diversos artigos na *Revista de Economia Política* e na *Folha de São Paulo*.⁶ Até o seu falecimento, em 1994, permaneceu defendendo as ideias que considerava importantes para o desenvolvimento brasileiro, influenciando, não se sabe em que medida, diversos projetos políticos. Mas como ocorrera em muitas ocasiões suas ideias eram bastante distorcidas, tanto por aqueles que não compreendiam o seu pensamento, como pelos que pretendiam de forma desonesta utilizá-las da maneira mais adequada aos interesses em jogo, dando rumos bem distintos daqueles almejados por Rangel para o país e o povo brasileiro, como de certo modo aconteceu com a tese da “privatização”.

O que sabemos é que uma série de importantes estudos e relatórios elaborados em instituições públicas influenciaram a tomada de decisões técnicas e políticas. Paim (1998, p.64) fala da “suposta coincidência de que alguns temas abordados por Rangel no ISEB tenham sido objetos de decretos-lei no governo Castelo Branco, como o destaque do papel da pequena e média empresa no sistema econômico nacional”, as lacunas da falta de financiamento à produção brasileira de máquinas e equipamentos, a falta de financiamento para fertilizantes e financiamento prévio para projetos econômicos. Logo, no governo de Castelo Branco, foram criados o Fundo de Financiamento da Pequena e Média Empresa (FIPEME), o Fundo de Financiamento de Máquinas Equipamentos (FINAME), o Fundo de Financiamento de Fertilizantes (Funfertil) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Rangel realizou vários estudos sobre a questão da inflação que permitiram avançar no debate em relação ao tema e acabaram influenciando políticas econômicas em torno

⁶ Segundo Palhano (2014), entre 1983 e 1990, Rangel publicou 247 artigos só na Folha de São Paulo. Além das revistas citadas, teve também trabalhos publicados em Cadernos do Nosso Tempo, Desenvolvimento e Conjuntura, Revista do BNDE, Revista da Civilização Brasileira, Estudos CEBRAP, Revista Agrária e Jornal de Brasília. Muitos pareceres, estudos, relatórios técnicos e projetos que realizou nos anos 1950-60 em instituições públicas ainda são desconhecidos.



do processo inflacionário. Ocorre que esses créditos muitas vezes não lhe foram concedidos, conforme escreve Bresser Pereira (1998, p.35):

Os economistas oficiais que dirigiam a economia do Brasil de 1964 a 1984, por exemplo, jamais reconheceram em público o valor ao pensamento de Rangel. Lembro-me que, em 1964, seu livro ora reeditado (*A inflação Brasileira*) era criticado em um seminário do professor Delfim Netto, do qual participei. E, no entanto, assim que assumiu o Ministério da Fazenda (em 1967), a primeira coisa que fez foi, seguindo a orientação de Rangel, diagnosticar a inflação brasileira como de custos, afrouxar os controles de crédito, permitir um aumento moderados dos salários, e passar a controlar os preços através do CIP. Como o ajuste fiscal fora completado entre 1964 e 1967, os resultados em termos de redução da inflação e retomada do desenvolvimento foram imediatos.

Ignácio Rangel: interlocutores

Rangel, como outros intérpretes brasileiros, era um crítico contundente daqueles que importavam teorias dos países centrais e as utilizavam de forma mecanicista para compreender uma formação social periférica, sem a adequação dos instrumentos de análise que considerassem as suas especificidades sociais, políticas e econômicas. Em suas palavras:

Preliminarmente, não se trata de abandonar a ciência econômica estrangeira – antiga ou contemporânea, “radical” ou “conservadora” – ou de demoli-la, para, sobre seus escombros, erigir uma ciência autóctone, mas, ao contrário, de salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprego dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, nos são inúteis sem essa precaução (Rangel, [1957] 2005, p.286).

Assim, procurou absorver as diferentes teorias econômicas estrangeiras, mas atentando em livrar-se dos dogmatismos que nos impediam de formular os instrumentos científicos adequados com vista ao entendimento da nossa economia. Para Rangel,



nenhuma conclusão teórica estrangeira é válida para todos os tempos e em todos os lugares, portanto, é preciso considerar as contribuições teóricas das diferentes correntes das ciências econômicas: clássica, neoclássica, marxista, keynesiana e outras, quando necessárias.

No entanto, a postura intelectual de Rangel, de utilizar-se de diferentes correntes teóricas, não decorre de um ecletismo meramente especulativo. Antes, relaciona-se com a postura de um intelectual imerso numa realidade complexa e que utiliza do conhecimento produzido para analisar às particularidades de nossa nacionalidade. Eis a tarefa a que se propôs. Desse modo, debruçar-se sobre diferentes fontes teóricas lhe permitiu não se restringir à prática da vida política e profissional, mas de vincular cada vez mais teoria e prática. Esse é um aspecto essencial para entendermos o conjunto de sua obra e a formação do seu pensamento independente.

Inicialmente, das interlocuções que realiza, a que foi mais incorporada ao seu pensamento foi a teoria marxista. O próprio Rangel assim o define: “Eu me considero, honestamente, um marxista. A autoria fundamental, que virou a página, para mim, foi o *Manifesto Comunista*. Neste sentido, eu colocaria toda a obra de Karl Marx” (Rangel, 1991a, p.61). O materialismo histórico e o método dialético foram determinantes na construção teórica e analítica do autor. Porém, não fará uma transposição mecânica para entender o caso brasileiro e assim será com os conceitos adotados das teorias estrangeiras, sempre procurando as adaptar às especificidades de nossa formação, conforme já dito.

O método dialético percorre suas reflexões, na medida em que entende a realidade brasileira a partir de um processo histórico contraditório.

Rangel vê o desenvolvimento econômico, sobre o qual concentrou todo o seu esforço intelectual, como um processo marcado por conflitos [...]. A dialética faz parte intrínseca da forma de pensar de Rangel [...]. Rangel adota essa postura automaticamente, à medida que pensa e escreve (Pereira; Rego, 1998, p.20).



Além de Marx, transparece em seus escritos as contribuições de Kant e Hegel. No geral, o conhecimento filosófico ocupa um papel especial na formação inicial de Ignácio Rangel, que se deve, em boa medida, à influência do direito. Sobre essa relação, nos diz Mercadante (1998, p.88):

De uma família de magistrados, experimentou em sua infância e adolescência a problemática do contraditório processual, a fórmula dialética consagrada no Direito, que antecede os julgamentos e, por conseguinte, a própria lógica das decisões judiciais. Imbuiu-se, desde menino, do choque dos contrários, cuja síntese cabia ao pai magistrado definir.

Além da apropriação que faz do método dialético e do materialismo histórico, empregará também conceitos marxistas, como *relações de produção, forças produtivas* e a formação do *exército industrial de reserva*. Este último ele utiliza “para explicar o movimento de saída dos trabalhadores do campo para a cidade, sem a devida reforma agrária” (Santos; Marquetti, 2014, p.441). No caso, das relações de produção, Rangel faz uma subdivisão desse conceito em relações internas e relações externas de produção, de modo a analisar a economia brasileira, dual e periférica, em sua dinâmica interna e, esta, em ligação com o centro dinâmico do capitalismo.

A contribuição de Lênin ao pensamento rangeliano é pouco considerada pelos seus estudiosos, apesar da sua fundamental influência. “A contradição básica, que Rangel tirou de Lênin, se situava entre os interesses das nações do centro do sistema, imperialistas, e os das nações da periferia, proletárias, exploradas” (Mamigonian, 2014, p.58). A obra de Lênin, *Imperialismo, fase superior do Capitalismo*, colocou a questão nacional, nas relações com a economia mundial, como um dos princípios norteadores para compreender o desenvolvimento capitalista. As características do capitalismo financeiro seria outro eixo explorado por Lênin, utilizando-se da análise teórica do marxista austríaco Rudolf Hilferding em sua obra *O capital financeiro*, que constituíram em referências para Rangel destacar o papel do sistema financeiro no desenvolvimento brasileiro.



Outro aspecto importante para Rangel é a análise que Lênin fez para entender o processo de desenvolvimento em formações sociais agrárias e periféricas. Para Paim (1998, p.59), Rangel teria lido e assimilado nos ensinamentos de Lênin, “o que ele chamava de dissolução do complexo rural, ou seja, a transferência da produção de manufaturas do campo para a zona urbana.” Acrescenta Rangel ([1954] 2005, p.98), que não somente Lênin trata do conceito “complexo rural” em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, mas “todos os economistas que escreveram sobre a divisão do trabalho tinham-no em mente, mesmo que não de maneira explícita, inclusive, ou principalmente, Adam Smith.”⁷

Ainda, nas palavras de Rangel, outra contribuição do Lênin está relacionada ao desenvolvimento desigual:

[...] Lênin havia observado que o desenvolvimento desigual é uma lei do capitalismo. Contra a noção vulgar de um desenvolvimento fazendo-se com a ordem de uma parada militar, guardando cada unidade as distâncias regulamentares relativamente às que as precedem ou sucedem, mostrou ele que, na vida real, as posições se trocam, se embaralham, mudam-se constantemente os balanços mundiais de força, passando inoptadamente um retardatário, para uma reposição de vanguarda, e vice-versa (Rangel, 1982, p.271).

Contudo, anterior a Marx e Lênin, tivemos a economia clássica de Adam Smith. No livro *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro* ([1955] 2005) é notória a presença deste autor no pensamento de Rangel. A noção smithiana de divisão social do trabalho aparece como peça fundamental no entendimento que tem em relação à noção de elevação da produtividade, da passagem da economia natural à economia de mercado. Assim, ideias fundamentadas em Adam Smith são mobilizadas para entender o desenvolvimento econômico brasileiro (Bielschowsky, 2000, p.219). Para exemplificar essas ideias, tomemos uma análise de Rangel, na qual ele diferencia a divisão do trabalho

⁷ Segundo Soares (2014, p.164), outras ideias de Rangel estão em estreita concordância com as de Lênin. Como Lênin, Rangel entende que a transformação da economia se faz da cidade para o campo e não o contrário: “É a cidade que transforma o campo.”



entre o par de sapatos do operário carioca e a alpercata de couro do vaqueiro nordestino, que poderíamos comparar à análise feita por Adam Smith da fábrica de alfinetes.

[...] nosso vaqueiro produziu, ele próprio, o boi que lhe deu o couro para a alpercata, por ter sido ele quem o criou, matou-o e tirou-lhe o couro, salgando e curtindo este como pôde, para depois cortá-lo e fazer a alpercata. Inversamente, o sapato que usa o operário não foi feito por ele, mas comprado com o salário ganho, suponhamos, numa fábrica de tecidos. Os sapatos, prontos para o uso, resultam: (1) do trabalho do vaqueiro que criou os bois; (2) do trabalho do curtidor; (3) do trabalho do ferroviário que transportou o couro curtido para a fábrica de calçados; (4) do trabalho do fabricante de calçados; (5) do trabalho do fabricante de equipamentos para o curtume, estrada de ferro e fábrica de calçados etc. Se examinarmos bem, quase não haverá ninguém neste país que não tenha contribuído de algum modo para produzir aquele par de sapatos.

Em resumo, podemos dizer que a diferença entre o par de sapatos do operário e a alpercata de couro cru do vaqueiro reside no fato de que o primeiro é obtido pela colaboração de inúmeras pessoas, que dividem entre si o trabalho, ao passo que o segundo resulta do esforço de um único indivíduo. O primeiro, o par de sapatos do operário, é um produto social, e o segundo, um produto individual (Rangel, [1955] 2005, p.139).

A divisão social do trabalho torna-se não somente condição para compreender o processo de desenvolvimento, mas também o subdesenvolvimento como nossa particularidade.

A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são muito restritas sem divisão do trabalho, e podem ser estudadas como função desta. Segue-se, portanto, que na introdução de um novo modo de produção, caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a medula do processo de desenvolvimento, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão do trabalho [...] (Rangel, [1955] 2005, p.140).



Outro autor relevante em sua obra foi o economista austríaco Joseph Schumpeter. Foi através dele que Rangel aprofundou seus conhecimentos acerca da teoria dos ciclos, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo ocorre através de flutuações das atividades econômicas, uma alternância entre períodos de prosperidade e recessão da economia. Schumpeter procurou sistematizar as teorias dos ciclos de Nikolai Kondratiev e Clément Juglar, outras referências de Rangel. Os ciclos econômicos tornaram-se, a partir daí, ferramenta permanente do pensamento rangeliano. Contudo, é preciso considerar que a ideia de ciclos já aparece em Karl Marx na teoria do capital. Nesse sentido, nos diz Pedrão (2014, p.85): “essa ruptura se funda em um aspecto fundamental da teoria do capital em Marx que é a constatação da tendência à instabilidade do sistema produtivo que se materializa por meio de movimentos cíclicos.”

A contribuição de Schumpeter aparece ainda na correlação entre os movimentos cíclicos e as inovações tecnológicas. Segundo Rangel, “esses movimentos têm muito a ver com o modo como se engendram e as condições com que se propagam as novas técnicas de produção ou, como se diz, as inovações tecnológicas” (Rangel, 1981, p.13). Acrescentamos aí o papel central dos investimentos, que nos períodos de recessão econômica seriam responsáveis por inovações tecnológicas e possibilitariam a entrada em uma nova fase de prosperidade econômica. Como afirma Pereira (2014, p.546), “na trilha de Keynes, Kalecki e Schumpeter, Rangel colocava o investimento como condição fundamental para o desenvolvimento.”

Quanto a Keynes, assim como Rangel, as crises econômicas dos países centrais foram objeto de preocupação acerca do desenvolvimento capitalista. Ambos propunham a ação do planejamento estatal capaz de viabilizar a saída das crises. E com todas as particularidades que cada autor tenha em suas análises, teorizaram sobre os mecanismos de intervenção estatal, sobre o papel dos investimentos e da utilização da capacidade ociosa para superação da crise. Segundo Rangel ([1960] 2005, p.495), “o esquema Keynesiano é, pois, basicamente, um método de utilização de capacidade ociosa”, ou seja, está em estreita consonância com o seu pensamento.

Rangel nutriu-se também de elementos da teoria cepalina. Aceitava, por exemplo, a ideia prebischiana de um processo de industrialização por substituição de importações.



“Concordava também com a interpretação de que a variável estratégica da economia brasileira era o comércio exterior” (Bielschowsky, 2000, p.217). O maior representante da CEPAL no Brasil foi Celso Furtado, a quem Rangel reconhece o entendimento da gênese, nos anos de 1930, de um centro dinâmico interno na economia brasileira:

A propósito da interiorização do centro dinâmico, merece atenção especial Celso Furtado, *A economia brasileira*, capítulo 4. Cabe acrescentar que esse centro dinâmico satélite pode engendrar e tem engendrado flutuações econômicas de prazo médio (Juglar), não ondas longas, que são peculiares ao centro dinâmico mundial do capitalismo (Rangel, [1982] 2005, p.283).

Rangel acrescentará nessa análise a relação do centro dinâmico com as flutuações econômicas engendradas internamente na economia brasileira, os ciclos de Juglar. A programação econômica e as teorias do desenvolvimento econômico foram outras influências da CEPAL, no período em que Rangel esteve desenvolvendo sua monografia na instituição.

Além das interlocuções que faz com as teorias estrangeiras, o pensamento brasileiro adquiriu significado essencial no entendimento que Rangel tem das particularidades nacionais. Além de Celso Furtado, acrescentamos, por exemplo, a influência de Caio Prado Jr. no que concerne à dinâmica das classes dominantes na evolução política brasileira (Mamigonian, 1998).

Ainda outros brasileiros são citados por Rangel como contribuições ao seu desenvolvimento intelectual, como o sociólogo Guerreiro Ramos. Rangel nos diz ([1960] 2005, p.503): “o intercâmbio intelectual entre mim e este pensador maduro muito contribuiu para a formalização das intuições esparsas das quais parti.”

Compartilhou de ideias e debates na Assessoria Econômica de Getúlio Vargas. Várias reflexões em seu pensamento foram alimentadas nesse período e tiveram as contribuições, por exemplo, de Jesus Soares Pereira, o “índio cariri”, como Rangel costumava carinhosamente chamá-lo. A ele devia as contribuições adquiridas no desafio



da prática e da qual se aproveitava para ensinar os desafios teóricos (Rangel, [1955] 2005, p.131).

Rangel, também, soube valer-se do conhecimento que possuía em direito, articulando-o em suas análises econômicas. Além da formação jurídica, seu bisavô, seu avô e pai foram magistrados e, portanto, desde cedo foi educado para essa carreira, conforme afirma: “segundo a tradição da família, eu estava destinado ao direito. A constituição de 1891 e o Código Civil, eu os conheci, não na faculdade, mas desde a escola primária, em termos próprios para minha idade” (Rangel, [1963] 2005, p. 552).

Ao longo da sua obra, é possível notar o conhecimento acerca do Direito do Trabalho, Direito Feudal, Direito Romano, Direito Privado e outros. Seu avô era especialista em Direito Romano, o que lhe permitiu aprofundar no conhecimento deste instituto, que é fundamental para entender a sociedade escravista, conforme salienta Rangel: “nossa escravidão não foi idêntica à greco-romana, todavia, sem o estudo desta, que consubstanciou e sistematizou toda a evolução desse regime e o apresentou em forma cientificamente pesquisável nos institutos do Direito Romano, não sairemos do reino do acaso” ([1957] 2005, p.294).

Deste modo, estabelece uma articulação das sociedades escravista, feudal e capitalista com os seus respectivos institutos jurídicos. Essa relação é explorada, sobretudo, no texto de 1981: *História da dualidade brasileira*. Rangel, no entanto, afirma ter apresentado a tese da dualidade pela primeira vez em 1947 sob a perspectiva jurídica, numa prova de Direito Civil na Faculdade Nacional de Direito. Somente em 1957, em *A dualidade básica da economia brasileira*, aprofundaria a tese na perspectiva econômica. Nesse sentido, as relações entre direito e economia acabaram sendo referências marcantes em sua obra.

Considerações finais

Foi possível identificar na trajetória do autor, desde a militância política à vida profissional e intelectual, uma estreita relação com importantes fatos históricos da época:



as experiências na Revolução de 1930, os movimentos de 1935, o golpe de Estado de 1937, a militância no PCB, a participação nos principais núcleos do pensamento desenvolvimentista dos anos 50 (o ISEB e a CEPAL), a atuação como profissional público em importantes instituições (a Assessoria Econômica de Vargas e o BNDES). Os problemas nacionais com que toma contato, a partir dessas experiências, adquirem significado especial em suas análises, como a questão agrária, desenvolvimento industrial, planejamento, inflação e crises cíclicas. Nas palavras de Bielschowsky (2014, p.78), “sua posição profissional lhe proporcionou o privilégio de observar a realidade brasileira de perto.” Para Castro (2005, p.19) “as questões e as teorias enfatizadas por Rangel são condicionadas pelos problemas reais, econômicos e políticos com que se defronta.”

Também, foi possível notar que Rangel transitou entre as diferentes áreas do conhecimento, da sociologia ao direito, da economia à filosofia. Desse modo, seu pensamento independente deve-se ao amplo arcabouço teórico utilizado para construir uma singular interpretação do Brasil, a partir da leitura direta de diferentes correntes teóricas da economia, e, principalmente, orientada a interpretar e responder os problemas reais de nosso desenvolvimento.

Apesar da sua vinculação com diferentes instituições e campos teóricos, não se alinhou a nenhum tipo de dogmatismo que o impedisse de cultivar a liberdade intelectual, lhe permitindo, assim, trilhar um caminho independente. Foi nessa perspectiva, que Bielschowsky (2000, p.209), incluiu Ignácio Rangel em um capítulo específico do pensamento econômico brasileiro intitulado: *O pensamento independente de Ignácio Rangel*. Segundo ele, “Ignácio Rangel foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro.” De fato, Rangel não se encaixava em nenhum dos postulados teóricos vigentes no pensamento brasileiro. Daí a necessidade do autor em considerá-lo como independente, pois se tratava de um arcabouço teórico próprio e peculiar de interpretação do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ignácio Rangel. In: PERICÁS, Luiz B.; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.45-58.

BRESSER PEREIRA, Luiz C.; REGO, José. M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998. p. 13-38.

CASTRO, Márcio H. M. Nosso mestre Ignácio Rangel. In: RANGEL, Ignácio. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto 2005. v. 1.

LIMA, Márcio C. (Org.). *Os boêmios cívicos: a Assessoria Econômico-Política de Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2013.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998. p. 129-137.

MERCADANTE, Paulo. Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998. p. 83-92.

PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998. p. 57-68.

PALHANO, Raimundo. O centenário da usina do pensamento: Ignácio Rangel, a capacidade de decisão e o santo de casa. In: HOLANDA, Felipe M.; ALMEIDA, Jhonatan U. P. S.; AFFONSO DE PAULA, Ricardo Z. (Orgs.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 45-63.

PEDRÃO, F. C. A dialética da rebeldia desde Rangel até hoje. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J.; AFFONSO DE PAULA, R. Z. (Orgs.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 83-99.

PEREIRA, José M. D. O centenário de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 544-564, out./dez. 2014.



PIZZO, Maria R. Rangel e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José M. (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 113-128.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de economia política*, São Paulo, v.1, n.4, out/dez, 1981. p. 5-34.

RANGEL, Ignácio. Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. *Revista Geosul*, Florianópolis, nº5, ano II, 1988. p. 113-139.

RANGEL, Ignácio. *Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel*. São Luís: IPES/UFMA/SIOGE, 1991a.

RANGEL, Ignácio. *Ignácio Rangel* (depoimento 1987). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1991b. p. 34.

RANGEL, Ignácio. O desenvolvimento econômico no Brasil. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1954] 2005. v. 1, p. 39-128.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1955] 2005. v. 1, p. 129-202.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1956] 2005. v. 1, p. 203-284.

RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1957] 2005. v. 1, p. 285-353.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projeto. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005. v. 1, p. 355-446.

RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e política econômica. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1960] 2005. v. 1, p. 447-550.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1962] 2005. v. 1, p. 23-80.



RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1963] 2005. v. 1, p. 551-679.

RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1982] 2005. v. 2, p. 255-408.

RANGEL, Ignácio. Do ponto de vista nacional. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1992] 2005. v. 2, p. 163-252.

SANTOS, Viviane F.; MARQUETTI, Adalmir. Ciclos, instituições e dualidade econômica: Rangel. In: CALIXTRE, André B.; FILHO, Niemeyer A. (Orgs.). *Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SOARES, Paulo de T. P. L. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Neto: uma leitura com base em Lênin. In: HOLANDA, Felipe M.; ALMEIDA, Jhonatan U. P. S.; AFFONSO DE PAULA, Ricardo Z. (Orgs.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 162-202.